

PERSPECTIVAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL¹

Janete Stoffel²
Oleides Francisca de Oliveira³

RESUMO

O desafio ao qual este trabalho se propõe é projetar cenários sobre o futuro da agricultura familiar no Rio Grande do Sul/Brasil. Consiste num desafio, pois ao projetar se correm riscos de errar. Consciente deste risco o trabalho contextualiza o espaço rural do Estado no início do século XXI, enfocando as novas abordagens sobre a agricultura familiar, apresentando os dados do Censo Agropecuário de 2006, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2009. Com base nestas abordagens são construídos cenários para o futuro da agricultura familiar. Estes cenários foram elaborados a partir da definição de variáveis endógenas e exógenas que serviram de referência para as hipóteses elencadas. Hipóteses estas que resultaram na constituição de três situações possíveis para o futuro da agricultura familiar neste Estado: os cenários otimista, pessimista e intermediário. É difícil arriscar sobre qual será o cenário a se concretizar, mas tem-se como expectativa que ao menos o pessimista não se torne a realidade futura.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Cenários. Futuro.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo pretende-se colocar em discussão a importância de um grupo de produtores agropecuários, aqueles que atuam em pequenas propriedades e que também são identificados como agricultores familiares. No decorrer do texto procura-se resposta à indagação sobre quais são cenários possíveis para a agricultura familiar. Na resolução desta questão o trabalho procura conceituar a agricultura familiar, apresentar dados sobre a categoria, no Rio Grande do Sul, utilizando informações do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE (2009). Com base nestas abordagens o texto se propõe a analisar um conjunto de variáveis (endógenas e exógenas) que influenciam a agricultura familiar, estabelecendo hipóteses que resultam em cenários possíveis para a categoria.

Em relação à estrutura, além desta introdução, o artigo apresenta no segundo item o desenvolvimento do tema escolhido, que inicia falando sobre conceitos e novas abordagens sobre a agricultura familiar. Em seguida, utilizando ilustrações, são apresentados dados publicados pelo IBGE (2009) para o Rio Grande do Sul e, posteriormente são delineados três cenários possíveis para a agricultura familiar deste Estado. Por fim, o artigo apresenta as considerações finais e as referências bibliográficas.

¹ Uma versão deste artigo foi apresentada na VIII Bienal de Buenos Aires em agosto de 2010.

² Doutoranda em Desenvolvimento Regional. Docente da Faculdade Horizontina. Economista. Mestre em Desenvolvimento. Bolsista do Programa BIPSS-Bolsas Institucionais para Programas de Pós-Graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul, RS, Edital 01/2011.

³ Contadora. Mestre em Desenvolvimento Regional e meio ambiente. Doutoranda em Desenvolvimento Regional Unisc. E-mail: oleides@yahoo.com.br.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR: contexto, conceitos e abordagens

A intensificação da globalização e das idéias neoliberais são algumas evidências que se mostram ao final do século XX. Estes fatores influenciam em todos os contextos, e a agricultura não ficou de fora desta discussão. No Brasil entre os anos 1950 e 1990 o governo adotou uma política agrícola que promoveu a mecanização e a monocultura da soja, cujas conseqüências foram o favorecimento dos grandes produtores e a “expulsão” daqueles que tinham menores propriedades e não conseguiram acompanhar a mecanização que se instituiu no rural.

Com o fim dos subsídios agrícolas, como conseqüência do avanço do neoliberalismo, a agricultura passou a ser rediscutida, e nestas discussões os pequenos produtores, que se mantiveram no campo, voltaram a ser lembrados. Observou-se, então, que estes produtores, mesmo cultivando pequenas áreas, mantinham uma importante parcela de mão de obra ocupada, e elevada participação na produção de alimentos. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar está neste contexto de retomada da valorização da pequena propriedade. O avanço da globalização comercial, mostrou que países desenvolvidos adotam políticas públicas no sentido de proteger seus produtores rurais, para garantir a produção de alimentos e evitar que os mesmos procurem trabalho na cidade, sob risco de ficarem desempregados.

Buainain, Romeiro e Guanzioli (2003) fazem uma retrospectiva sobre o contexto em que a agricultura estava situada da década de 1970 até os anos mais recentes. Segundo eles, “Nos anos 70 se acreditava que a ‘questão agrícola’ havia sido superada pelo processo de modernização, baseado na mecanização e na utilização de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos” (p. 313). Esta visão fazia com que se acreditasse que apenas os grandes produtores pudessem permanecer no campo, ficando os pequenos produtores relegados ao êxodo rural, o que ocorreu com grande intensidade.

Já na década de 1980, em contextos globalizados, sustentava-se que este processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros formando os ‘complexos agroindustriais’. A partir desta época passou-se a adotar o termo ‘*agribusiness* ou agronegócios’, mas novamente com o viés de grandes propriedades. Neste contexto ao produtor caberia adotar um ‘pacote’ tecnológico com elevados investimentos, devendo possuir uma área mínima (relativamente grande) ou sendo-lhe necessário encontrar um nicho de mercado rentável, sobretudo pela integração ao complexo agroalimentar (BUAINAIN, ROMEIRO E GUANZIOLI, 2003).

Na década de 1990, existe uma redução relativa do crescimento do emprego rural de característica estritamente agrícola, em contraposição ao aumento do emprego rural não-agrícola. Estas evidências geram uma série de novas abordagens sobre a agricultura, especialmente aquela dos pequenos produtores, ou da agricultura familiar. Pois, para garantir a manutenção no meio rural, muitas famílias optam pelo exercício de ocupações não agrícolas como forma de complementar a renda, uma vez que certas atividades rurais são limitantes para sua sobrevivência. Neste contexto surgem preocupações com a rentabilidade das culturas praticadas pelos agricultores familiares e também surgem discussões sobre as ocupações rurais não agrícolas.

Camarano e Abramovay (1999) apontam que em países desenvolvidos, aproximadamente 25% da população vive no meio rural, sendo bastante comum o exercício de atividades não agrícolas por parte desta população. Ou seja, mesmo residindo na área rural, muitos se ocupam com atividades não agrícolas. Segundo os autores, nos Estados Unidos da América (EUA) é crescente a população rural e o seu potencial econômico, o que tem levado ao maior interesse por este tema. Apontam que no Brasil nos anos 1990 ocorreu uma redução nas taxas de saída do campo, principalmente nas regiões sul e sudeste. No entanto, apesar desta redução, é cada vez maior o número de jovens e principalmente mulheres que saem do meio rural o que tem provocado um envelhecimento e uma masculinização da população que habita o campo.

A reforma agrária também é apontada por alguns como forma de garantir acesso à terra e investir na produção agrícola, mas neste tema existem os prós e os contras. Buainain, Romeiro e Guanzioli (2003) são favoráveis a reforma agrária e criticam fortemente os contrários, dizendo que aqueles que afirmam que 'a reforma agrária não vale a pena ser feita e de que não há políticas públicas capazes de gerar rendas para atividades agrícolas', estão na verdade se justificando para não fazer nada em relação à agricultura. Segundo os autores citados é preciso levar em conta que aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população economicamente ativa vive em áreas rurais no Brasil, o que é similar aos EUA, porém as condições de inserção no mercado de trabalho destes dois países são muito distintas em detrimento da PEA rural brasileira. Já em relação aos contrários há forças econômicas e políticas que dificultam a reforma.

Dados do Ipeadata (2009) indicam que na última metade do século XX a população do meio rural, no Rio Grande do Sul, reduziu sua participação de 65,86% em 1950, para 18,35% em 2000. Além do êxodo rural intenso, a queda de fecundidade rural contribuiu para a diminuição no ritmo de crescimento desta população.

Com base no contexto rapidamente abordado, observa-se que o termo agricultura familiar passa a ter maior importância no século XXI. Não se trata de uma situação nova, suas características são antigas. Anteriormente eram denominadas como produtor familiar, agricultor de pequeno porte, ou de pequena propriedade. O conceito de agricultura colonial, cuja ocupação era com pequena propriedade e com mão de obra familiar é a origem da agricultura familiar.

Um exemplo do quanto a agricultura familiar passou a ter maior importância no debate agrícola brasileiro, é o fato do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Censo Agropecuário de 2006, ter efetuado o levantamento dos dados procurando especificar a participação da agricultura familiar, procurando diferenciar os dados entre agricultor familiar e não familiar. O resultado desta distinção é a observação de que a participação da agricultura familiar tanto no número de estabelecimentos, quanto no número de pessoas ocupadas é elevado e merecedor de atenção especial.

Uma das instituições que trabalha com a agricultura familiar, a nível mundial, é a *Food and Agriculture Organization* (FAO). Esta é uma que opera através de aconselhamento e troca de experiências. Meliczek (2003) afirma que para a FAO o objetivo principal é promover uma agricultura sustentável na qual ocorra a preservação dos recursos naturais e onde as mudanças técnicas ocorram de maneira a satisfazer necessidades humanas presentes e futuras. Este desenvolvimento sustentável tem como pretensão a preservação do solo, da água,

da flora e da fauna, protegendo o meio ambiente. Assim, utilizando técnicas adequadas, que sejam economicamente eficientes e socialmente assimiláveis.

O conceito de agricultura familiar enfrenta controvérsias em sua abordagem, tanto prática quanto teórica. Meliczek (2003) diz que não existe uma definição geral válida e que seja reconhecida por todos. A FAO trabalha com as características de uma empresa familiar num empreendimento agrícola, administrado pela família, sendo que todos os integrantes desta unidade familiar empregam todo o seu tempo de trabalho nas atividades do empreendimento, que é de sua propriedade e cujo rendimento é fruto da produção agrícola. Os resultados dos empreendimentos familiares podem ser para auto-sustento ou para serem comercializados.

Ainda nas abordagens da FAO, o tamanho do empreendimento não é decisivo para a categorização enquanto agricultura familiar. O que determina seu enquadramento é a forma e intensidade de produção. No âmbito interno de um país, este tamanho pode até ser importante, mas a nível comparativo entre países deixa de ser. Meliczek (2003) cita como exemplos o fato de que existem “propriedades familiares com tamanho médio inferior a um hectare no sudeste da Ásia, com a produtividade de empreendimentos na América Latina com mais de 50 hectares” (p. 50). Uma observação que estudos da FAO apontam é de que no geral a produção e os afazeres são maiores na medida em que o tamanho do empreendimento é menor, devido ao caráter familiar da mão de obra empregada. Pois numa propriedade não familiar as atividades utilizam processos menos intensivos em mão de obra.

Outro autor que aborda a caracterização da agricultura familiar é Guanzirolli et al (1996), que no estudo sobre o ‘Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico’ trabalho conjunto entre o Incra e a FAO, apresenta um conjunto de informações sobre a agricultura familiar brasileira. Neste trabalho são considerados agricultores familiares aqueles, cujas características são as seguintes:

[...] a) a direção dos trabalhos exercida pelo produtor; b) inexistência de despesas com serviços de empreitada; c) não ter empregados permanentes e uma média de empregados temporários de até quatro pessoas; ou, ter um empregado permanente e, média de empregados temporários igual ou inferior a três; d) área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões sudeste e sul e mil hectares para as demais regiões (GUANZIROLLI ET AL, 1996, p. 5).

Segundo Meliczek (2003) a FAO considera a agricultura familiar como “pedra fundamental para o desenvolvimento social e econômico” (p. 51). No tocante à utilização do ecossistema, as comunidades rurais são a chave para compreender as mudanças ambientais. Elas utilizam e gerenciam o ecossistema em nível de subsistência, dependendo dele para sua reprodução. A conservação dos recursos da terra, da água, e das florestas são um de seus papéis, além de conservar recursos genéticos.

Abramovay (1999) defende que a agricultura familiar tem papel importante no desenvolvimento brasileiro. Segundo ele é preciso que existam ligações dinâmicas e diversificadas entre esta e as cidades. Ele afirma que a mobilização de forças sociais, interessadas em valorizar o meio rural, é fundamental para que as regiões condenadas ao atraso e abandono, possam prosperar e impulsionar seu desenvolvimento. O autor diz que aqueles que ainda migram do campo para a cidade são exatamente os que maiores dificuldades vêm enfrentando em sua

integração aos mercados urbanos de trabalho. Nas palavras dele, existem oportunidades no campo, capazes de gerar renda e promover melhor integração das populações rurais e das urbanas, sem que apenas ocorra a migração em direção às cidades.

Abramovay (1999) faz uma observação sobre a faixa etária da população que migra das áreas rurais para as urbanas. Ele aponta para o fato de que os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e em seu interior o peso das moças é superior ao dos rapazes. Na década de 1960, predominavam as migrações na faixa etária de 40 a 49 anos. A cada década a concentração etária das migrações foi caindo, atingindo nos anos 1990, sobretudo o grupo de 15 a 19 anos. E ainda, as moças migram mais que os rapazes. Recentemente o processo de 'masculinização' vem atingindo não apenas o meio rural, mas também os pequenos municípios do interior. Segundo Abramovay (1999) 19% da mão de obra feminina urbana está ocupada em trabalho doméstico. E que este emprego é um dos 'subsetores econômicos de pior remuneração da classe trabalhadora'. Segundo o autor, as moças que migram das áreas rurais ocupam, em sua maioria, atividades com menor capacitação, como os trabalhos domésticos.

Outro estudo de Abramovay et al (1998) feito em propriedades da agricultura familiar no Oeste Catarinense mostrou que predomina a cultura de que para permanecer na propriedade não é preciso estudar. A maior parte dos pesquisados acredita que com 4ª série do ensino fundamental estão suficientemente preparados para assumir uma propriedade rural. Fator preocupante, pois enquanto este pensamento predominar, as mudanças podem ser mais difíceis de serem adotadas, podendo ficar a preocupação com a rentabilidade também comprometida. Quanto à masculinização, a pesquisa também observou que a expressiva maioria das moças, se tiver possibilidade de mudar-se para a cidade, o fará.

É verdade que num contexto de globalização, de menor atuação do Estado, onde o resultado é uma exigência de maior competitividade com livre mercado, surgem muitas dúvidas se a agricultura familiar consegue se viabilizar. Uma pergunta para a qual se buscam respostas é saber quais as condições para que a agricultura familiar sobreviva e não sucumba num contexto onde parece haver apenas espaço para quem produz em grandes escalas. Considerando que as características deste grupo de produtores são de uma maior disponibilidade de mão de obra e menor disponibilidade de capital ou de áreas de terra, torna-se fundamental discutir aspectos como o crédito rural e a prática de culturas com aproveitamento mais intensivo dos recursos disponíveis na agricultura familiar, tais como a mão de obra. Estes questionamentos são pano de fundo para um longo trabalho, sendo que neste artigo não se tem a pretensão de responder a questão, mas sim apresentar aspectos que mostram a importância da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul e projetando cenários para a mesma.

3 A AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL

Sobre a agricultura no Rio Grande do Sul, Silva Neto (2005) apresenta uma regionalização do Estado com base nos sistemas agrários. Esta regionalização permite identificar a predominância das categorias sociais com base em dados estatísticos do IBGE⁴. A partir destes indicativos foi definida a existência de nove

⁴ Estes indicativos são estrutura fundiária, número de empregados permanentes, quantidade de arroz vendido, quantidade de soja vendida, número de máquinas para colheita e condições fisiográficas.

sistemas agrários, sendo eles: campanha; serra do sudeste; depressão central; litoral norte; litoral sul; colônias velhas; campos de cima da serra; colônias novas e planalto.

Segundo Silva Neto (2005) as regiões Serra do Sudeste, Colônias Velhas e Colônias Novas são locais nos quais a agricultura familiar é praticada. Sobre a Serra do Sudeste é dito que

Embora a paisagem seja em geral dominada pelos campos destinados à pecuária, esta região apresenta uma produção agropecuária muito mais diversificada. (...) isto se deve à importância econômica muito maior da agricultura familiar nesta região, a qual teve condições de desenvolver sistemas de produção mais adaptados a sua disponibilidade relativa de meios de produção (p. 99).

Segundo o autor, a região das Colônias Velhas é aquela onde existe a maior diversidade de produções do Estado, sendo esta a região onde a agricultura familiar apresenta o maior grau de acumulação e se caracteriza como hegemônica. Já nas Colônias Novas, existe o predomínio da agricultura familiar, mas com muita dependência em relação à produção de grãos (principalmente soja). Esta característica torna a agricultura familiar praticada nas Colônias Novas, menos intensiva do que a das Colônias Velhas, “[...] o que tem provocado, depois dos anos 50, o empobrecimento da maioria dos agricultores das zonas acidentadas do Médio e Alto Vale do Uruguai, onde a estrutura fundiária é muito fragmentada” (p. 101).

No Censo Agropecuário de 2006, os dados foram levantados de forma a distinguir os produtores rurais entre familiares e não familiares. O Ibge utilizou como critério, para considerar os produtores como agricultores familiares, a Lei nº 11.326 de 2006 (IBGE 2009). A referida lei estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. No artigo 3º da mesma constam as características do agricultor familiar, devendo atender especialmente aos seguintes requisitos: a) não deter área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; b) utilizar predominantemente mão de obra da família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento; c) ter renda familiar originada predominantemente de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e d) que a direção do estabelecimento ou empreendimento seja feita em conjunto com sua família (LEI Nº 11.326, 2006).

Na sequência deste texto são apresentadas algumas das informações levantadas pelo Censo Agropecuário de 2006, sobre a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Optou-se em demonstrá-los através de ilustrações na forma de mapas, sendo que na primeira ilustração pode-se observar a participação da agricultura familiar no total do número de estabelecimentos e na área ocupada por estes estabelecimentos.

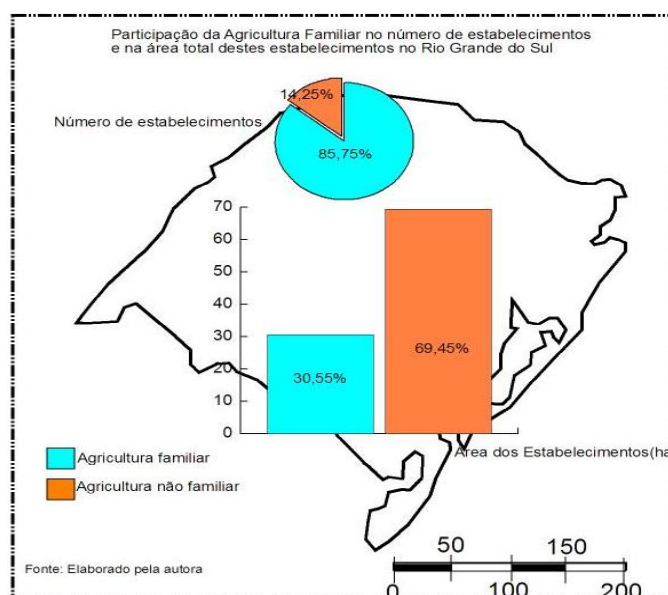


Figura 1: Estabelecimentos e área ocupada no RS

Fonte: Elaboração da autora a partir do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009)

O Censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) apontou que no Rio Grande do Sul há um total de 441.467 estabelecimentos, sendo que destes, 85,75% (378.546 estabelecimentos) estão em mãos de produtores familiares e apenas 14,25% (62.921 estabelecimentos) são de produtores não familiares, conforme pode ser visualizado na Figura 1. Já em relação à área destes estabelecimentos o Censo apontou que são 20.199.489 hectares, sendo que a agricultura familiar ocupa 30,55% desta área (6.171.622 hectares), enquanto os produtores não familiares ocupam 69,45% (14.027.867 hectares). Utilizando estes dados para calcular a média de hectares por estabelecimento em cada uma das duas categorias, tem-se que nos estabelecimentos familiares a área média é de 16,30 hectares, enquanto que nos estabelecimentos não familiares esta média é de 222,94 hectares.

Constata-se pela figura 1 que a maioria dos estabelecimentos está em mãos de produtores familiares, porém como a área destes estabelecimentos é pequena, o resultado é uma participação bem menor na área total ocupada pela agricultura familiar. Tal fator demonstra a importância de se buscar atividades produtivas específicas para esta categoria que precisa obter rentabilidade em menores espaços de área.

Outra informação bastante relevante é observar a quantidade de pessoas que estão ocupadas na agricultura familiar. A figura 2 informa os percentuais de homens e mulheres ocupados nas atividades agrícolas em cada categoria e também o número de crianças e adolescentes menores de 14 anos que ali residem.

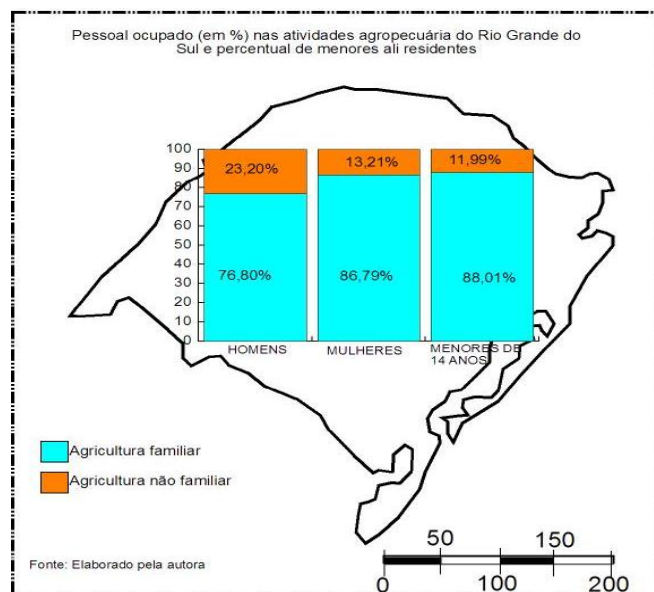


Figura 2: Pessoal ocupado na agricultura familiar (homens e mulheres) e % de menores de 14 anos no RS

Fonte: Elaboração da autora a partir do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009)

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, no meio rural do Rio Grande do Sul residiam, no ano de 2006, um total de 1.306.098 pessoas, sendo que 1.057.461 estavam envolvidas na agricultura familiar e 248.637 na não familiar. Esta população está estratificada entre homens, mulheres e menores de 14 anos.

Conforme pode ser visualizado na figura 2, se observado o número de homens que estão ocupados nas atividades rurais, 76,80% (592.059 indivíduos) são da agricultura familiar enquanto 23,20% (178.852 pessoas) são de agricultura não familiar. Em relação às mulheres, 86,79% (400.029 pessoas) daquelas que estão ocupadas no meio rural são da agricultura familiar e 13,21% (60.880 pessoas) são da agricultura não familiar.

A partir do total da população agrícola, excluídos os homens e mulheres maiores de 14 anos, é possível obter o número de crianças e adolescentes menores de 14 anos que estão na agricultura familiar ou na não familiar. O número total é de 74.278 pessoas, sendo que 88,01% (65.373) encontra-se na agricultura familiar e 11,99% (8.905) na categoria não familiar. Após os dados comentados, pode-se, também, observar que na agricultura familiar 55,99% das pessoas ali residentes são homens, 37,83% são mulheres e 6,18% são menores de 14 anos. Enquanto que, na agricultura não familiar, estes percentuais são de 71,93% de homens; 24,29% de mulheres e, 3,58% de menores de 14 anos.

Somando as informações sobre pessoas ocupadas aos dados da figura 1, tem-se a confirmação do que já foi mencionado anteriormente: que a agricultura familiar responde por parcela significativa da mão de obra ocupada no meio rural. Recordando que são mais pessoas trabalhando em área menor, é fundamental que as atividades desenvolvidas sejam distintas daquelas executadas na agricultura não familiar. Pois enquanto na agricultura não familiar os estabelecimentos apresentam maiores áreas por estabelecimento, é possível desenvolver culturas mais extensivas. Já na agricultura familiar, em menores áreas por estabelecimento, é preciso desenvolver culturas mais intensivas na utilização da terra.

Outra informação importante refere-se à forma como os agricultores familiares obtiveram as terras das quais são proprietários. Na figura 3 estão ilustrados os resultados do Censo Agropecuário de 2006 sobre o tema.

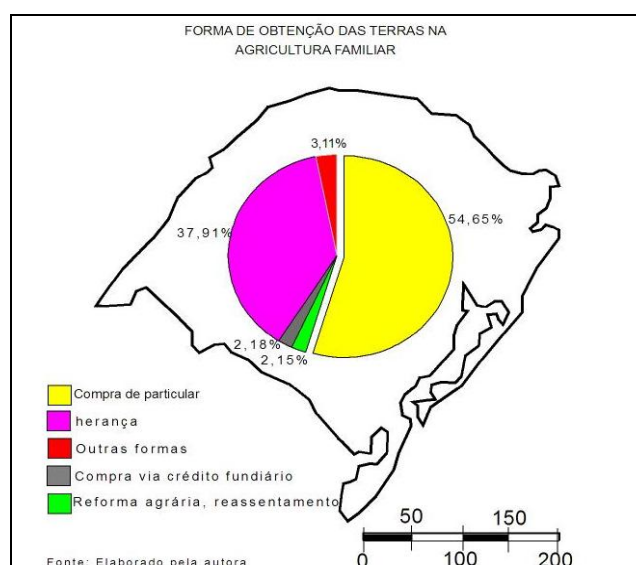


Figura 3: Forma de obtenção das terras na agricultura familiar no RS
 Fonte: Elaboração da autora a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009)

De acordo com o IBGE (2009) pode-se observar que as duas principais formas de obtenção das terras, na agricultura familiar, são a compra e a herança, sendo que a primeira responde por 54,65% das aquisições e a segunda por 37,91% das mesmas. O acesso à propriedade por meio de crédito fundiário; reforma agrária ou assentamento; e outras formas respondem por baixos percentuais, equivalentes a 2,18%; 2,15%; e 3,11%, respectivamente.

Acredita-se que esta informação serve para ilustrar que a reforma agrária é pouco representativa na constituição dos estabelecimentos da agricultura familiar no Rio Grande Do Sul. Também a utilização de crédito fundiário é pouco representativa. Constata-se que existe sim uma busca pela aquisição com recursos próprios ou então a transferência por meio de herança. No entanto, a predominância destas duas formas de obtenção pode ser decorrente da falta de outras opções mais adequadas, tais como a disponibilidade de crédito existente até o ano da pesquisa.

Neste trabalho, ainda se optou em apresentar a informação sobre o tempo desde quando o estabelecimento familiar está sob administração do entrevistado, sendo que as respostas obtidas pelo IBGE (2009) estão ilustradas na figura 4.

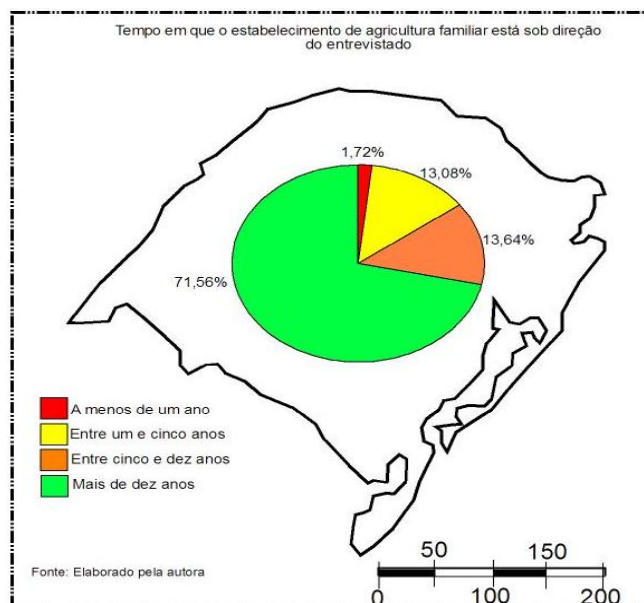


Figura 4: Tempo (em anos) em que o estabelecimento familiar está sob direção do entrevistado no RS

Fonte: Elaboração da autora a partir do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009)

É interessante observar que a maioria dos agricultores familiares está na atividade há mais de dez anos, o que equivale a um percentual de 71,56% (270.880) dos estabelecimentos. Os períodos entre cinco e dez anos e entre um e cinco anos apresentam percentuais muito próximos, ou seja, 13,64% (51.624) e 13,08% (49.515), respectivamente. Apenas 1,72% (6.527 unidades) dos estabelecimentos estão sob direção do entrevistado há menos de um ano. A partir desta ilustração é possível constatar que apesar das dificuldades vivenciadas pela categoria, é elevado o percentual daqueles que labutam resistindo e procurando maneiras de se viabilizar na atividade.

O conjunto de informações apresentado até o momento sobre a agricultura familiar no Rio Grande do Sul demonstra que esta categoria tem uma importância bastante significativa, uma vez que ocupa um percentual elevado do total de estabelecimentos e também mantém um número relativamente alto de pessoas ocupadas em suas atividades. É importante ressaltar que estas são apenas algumas das informações, que demonstram como esta classe pode ser importante no contexto de ocupações e também de produção, desde que economicamente rentáveis. No prosseguimento deste trabalho, é feito um esforço no sentido de construir cenários futuros possíveis que envolvam a agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul.

4 CENÁRIOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL

Após abordar questões de contexto, dos conceitos e abordagens em torno da agricultura familiar e apresentar os dados sobre esta categoria no Rio Grande do Sul, neste item serão construídos alguns cenários possíveis para o futuro da agricultura familiar no Estado em questão. A construção de cenários, segundo Buarque (2003) consiste em analisar as possibilidades futuras do objeto em análise, no caso agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul. O autor afirma que “[...] o presente é apenas um tênue momento entre o

passado e o futuro, passado este que o condiciona e o determina. Já o futuro é o momento para o qual estão voltados nossos olhares, nossas inquietações e nossas ações” (p.14). A projeção de cenários futuros envolve o risco e a incerteza de que as hipóteses não sejam confirmadas. Na medida em que se tem informações teóricas embasadoras, as chances de acerto são maiores.

Construir cenários corresponde à busca pela descrição do futuro com a combinação de hipóteses sobre comportamentos plausíveis e prováveis das incertezas críticas (com alta relevância e alta incerteza em relação ao objeto analisado), sendo necessário delimitar e tratar os processos e eventos incertos (BUARQUE, 2003). Os cenários podem ser de três tipos: tendencial; exploratório e normativo. O primeiro corresponde ao que tende acontecer no futuro em questão; o segundo ao que pode ocorrer; e o terceiro ao que deve acontecer.

As incertezas críticas, também denominadas variáveis críticas podem ser de tipo exógeno ou endógeno. As do primeiro tipo são aquelas que influenciam a agricultura familiar, e que são determinadas fora deste sistema, sobre as quais não se tem controle. Já as endógenas são aquelas que se constituem nas variáveis de estado e são internas ao sistema, sobre as quais é possível ter controle. Os cenários, de acordo com Buarque (2003) devem resultar da combinação entre as hipóteses construídas para as variáveis endógenas e as exógenas.

No quadro 1 estão elencadas as variáveis endógenas e as exógenas em relação à agricultura familiar. Algumas delas são consideradas críticas, pois sobre as mesmas se tem maiores incertezas, estando estas identificadas no próprio quadro.

VARIÁVEIS ENDÓGENAS	VARIÁVEIS EXÓGENAS
Masculinização e envelhecimento nas propriedades da agricultura familiar (crítica)	Agronegócio que valoriza a produção em escala (crítica)
Baixo nível de escolaridade de quem dirige a propriedade (crítica)	Questões ambientais (crítica)
Prática de culturas cuja rentabilidade não garante a reprodução social (crítica)	Concentração do tamanho das propriedades (crítica)
Práticas ambientalmente sustentáveis	Programa Nacional da Agricultura familiar
Falta de capital para investimentos nas propriedades da A.F.	Existência de cooperativas como forma de articulação em grupos

Quadro 1: Variáveis endógenas e exógenas na Agricultura Familiar

Fonte: Elaboração própria da autora

Conforme consta no quadro 1 a agricultura familiar vem se deparando com uma crescente masculinização e envelhecimento, apresentando um baixo nível de escolaridade por parte daqueles que dirigem as propriedades, em algumas regiões existe a prática de culturas cuja rentabilidade não garante a reprodução da família. Estas variáveis são internas às propriedades e podem ser alteradas a partir da mobilização interna. As práticas ambientalmente

sustentáveis e a falta de capital para investimentos também são variáveis endógenas, mas neste caso resolveu-se não considerá-las como críticas, apesar de serem também de grande importância para a categoria em questão.

Em relação às variáveis exógenas, daquelas elencadas no quadro 1 entende-se que a valorização das grandes propriedades nas abordagens sobre produtividade e competitividade do agronegócio, as questões ambientais e a concentração do tamanho das propriedades são variáveis críticas que colocam em risco a agricultura familiar. Já o Pronaf e as cooperativas se forem aproveitados da melhor forma podem resultar em aspectos positivos para a categoria em questão.

A partir das variáveis apontadas no Quadro 1, foi elaborada uma matriz com a construção de três hipóteses para cada variável, sendo que a combinação destas hipóteses resultou na formação de três cenários futuros, os quais são comentados a seguir.

4.1 Cenário otimista

O **primeiro cenário** apresentado aqui, e que será identificado como cenário **otimista** pode se constituir com as seguintes características: a) mulheres jovens optando em permanecer ou retornar para as atividades da agricultura familiar; b) um aperfeiçoamento na diversificação e na agroindustrialização da produção agrícola, a adoção de culturas orgânicas e também de atividades de turismo rural para com isto agregar maior valor aos produtos, melhorar a rentabilidade e ainda contribuir com a sustentabilidade ambiental; c) o desenvolvimento de uma nova mentalidade por parte dos agricultores familiares, na qual se tenha uma maior valorização da capacitação escolar para assim melhorar o gerenciamento dos estabelecimentos; d) e por fim melhorar o acesso ao crédito contando com políticas públicas que permitam isto de ocorrer.

Para que este cenário positivo se confirme é necessário que se confirmem algumas hipóteses relacionadas aos fatores exógenos à agricultura familiar que podem ser: a) a disponibilidade de políticas públicas de estímulo à culturas orgânicas e também de acesso ao crédito; b) a conquista de nichos de mercado por parte dos agricultores familiares nos quais a demanda para produtos com valor agregado e também mais rentáveis seja primordial; c) que se intensifiquem as organizações na forma de associações e cooperativas e que como resultado final os estabelecimentos familiares se viabilizem economicamente como também representem uma alternativa mais atrativa para a permanência no campo dos seus filhos.

4.2 Cenário intermediário

O **segundo cenário** é aquele no qual se tem como perspectiva, que as **condições atuais se mantenham inalteradas**. De início são apresentadas as hipóteses ligadas às variáveis endógenas e em seguida das variáveis exógenas: a) mulheres jovens continuam buscando ocupações na área urbana; b) produtores permanecem com as mesmas culturas praticadas até o momento, pois foi assim que fizeram até aqui e isto não será modificado; c) a escolarização continua sendo um aspecto de pouca valorização para o

agricultor familiar; d) em relação ao capital para investimento e custeio os recursos do Pronaf são suficientes e não há necessidade de alterações; e) quanto ao meio ambiente, poucas são as atenções dispensadas ao tema, pois é mais uma situação na qual até hoje se fez assim, então para que mudar?

Em relação às hipóteses (relativas às variáveis exógenas) neste segundo cenário se projeta que: a) as propriedades familiares mantenham o seu tamanho e que os estabelecimentos não familiares não ampliem suas extensões de terra, ficando cada um em seu espaço; b) cada agricultor familiar opta em manter a atuação conforme vem fazendo até então, com as mesmas práticas agrícolas e com as mesmas formas de organização e também de gestão. Este cenário seria aquele no qual as condições atuais se mantêm.

4.3 Cenário pessimista

Já o **terceiro e último cenário**, seria o **pessimista**, aquele que prevê as piores condições para a agricultura familiar no futuro. Nesta perspectiva as hipóteses seriam as que seguem, iniciando pelas variáveis endógenas: a) a primeira hipótese é de que cada vez mais as mulheres e os jovens optem em deixar o campo em favor das cidades para trabalhar e viver; b) que os agricultores familiares insistam na produção de grãos, cuja rentabilidade é baixa; c) que a melhoria da escolarização não receba atenção alguma por parte dos agricultores; d) que cada propriedade continue trabalhando com os recursos dos quais dispõe, sem buscar efetuar investimentos por meio de crédito agrícola; e) práticas ambientalmente corretas sejam deixadas de lado nas propriedades.

Neste cenário pessimista, as atividades às quais os estabelecimentos familiares se dedicam não são rentáveis, a inviabilização dos estabelecimentos é sua consequência, o que leva à venda das propriedades para aqueles produtores com maior capital, o que provoca uma concentração cada vez maior de área em mãos de grandes produtores (não familiares). Esta possibilidade também pode levar a agricultura familiar a desaparecer no médio e longo prazo, pois neste cenário pessimista os produtores familiares não estariam se empenhando em melhorar suas práticas, buscando maior rentabilidade. Neste cenário as alternativas ambientais, que poderiam resultar em maiores ganhos, também não estariam sendo valorizadas, não haveria acesso ao crédito, o que como consequência resultaria no estrangulamento e na derrocada desta categoria na agricultura.

Conforme já mencionado no texto, projetar cenários futuros é uma atividade que envolve riscos e incertezas, pois como será o futuro só se saberá quando ele acontecer. Mas ainda assim, tomando como ponto de partida os aspectos teóricos e também as condições atuais, acredita-se que os três cenários projetados podem ao menos servir para início de um debate. Prefere-se acreditar que o cenário pessimista não se confirme, mas entre o primeiro e o segundo cenários é difícil arriscar alguma aposta. Quer se acreditar que as novas abordagens sobre a agricultura familiar tragam mudanças e que estas permitam uma concretização das hipóteses elencadas no primeiro cenário, apesar da sabedoria de que esta situação é razoavelmente difícil de ocorrer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar vem ocupando um espaço de maior relevância nos últimos anos. Os dados do Censo agropecuário de 2006 apontam para a significativa participação desta categoria na agropecuária do Estado do Rio Grande do Sul. Proprietários de 85,75% dos estabelecimentos rurais e respondendo por 80,96% da população do campo, no mínimo é um grupo que merece mais atenção em pesquisas sobre formas de garantir a sua continuidade enquanto grupo. O qual precisa produzir com resultados econômicos favoráveis que lhes garantam condições de ali permanecerem, seja enquanto produtores de alimentos, ou enquanto espaço de ocupação e remuneração da mão de obra.

Devido às políticas praticadas pelo governo brasileiro na segunda metade do século XX, houve um privilégio aos grandes produtores em detrimento dos menores, tendo-se observado que muitos agricultores familiares ainda produzem grãos, cultura que muitos estudiosos comprovam ser inviáveis para pequenas escalas de produção, tais como é o caso da categoria aqui analisada. A busca de alternativas de produção que resultem em melhores retornos econômicos diante dos fatores disponíveis, a possibilidade de proporcionar à família condições adequadas de permanência no campo são algumas das preocupações para o futuro da agricultura familiar.

Procurou-se, neste trabalho, abordar as principais condições que envolvem a categoria, cientes de que estas não representam o todo da realidade, mas certamente caracterizam boa parcela desta. Os cenários projetados têm em seu contexto possibilidades de se tornarem realidade, mas pretende-se acreditar que as condições sejam melhoradas e que as previsões mais pessimistas não se confirmem.

Muitos estudos já vêm sendo feitos sobre a agricultura familiar, acredita-se que seria importante uma avaliação mais apurada sobre as culturas que a categoria vem desenvolvendo, informações que poderão contribuir para orientar políticas públicas direcionadas tanto na formação (capacitação) quanto nas políticas direcionadas ao crédito para estas culturas mais rentáveis.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols 28, nºs 1, 2, 3 e 29, nº 1 – jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347

BUARQUE, Sergio C. Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários Globais e Regionais. Texto para discussão nº 939. Brasília: IPEA. Fevereiro de 2003.

CAMARANO, Ana A.; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão nº 621. Rio de Janeiro: Ipea. Janeiro de 1999.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. *in* SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (orgs). *Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí: Ed. Unijui, 2005. 312 p.

_____. A dinâmica dos sistemas agrários e o desenvolvimento rural. *in* SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (orgs). *Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí: Ed. Unijui, 2005. 312 p.

GUANZIROLLI, Carlos (coord) et al. Perfil da Agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Projeto UFT/BRA/036/BRA. FAO/INCRA. Agosto de 1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário de 2006. Disponível em www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em out. 2009.

IPEADATA. Macroindicadores/população. Disponível em http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1385039536&Tick=1255729036125&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%28133%29&Mod=R acesso em 2 de out. 2009.

LEI nº 11.326. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. BRASÍLIA: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 24 de julho de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em nov. de 2009.

MELICZEK, Hans. A política da FAO para a promoção da agricultura familiar. *In* *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 8, n.2, p. 45-66, maio/ago. 2003.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (orgs). *Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí: Ed. Unijui, 2005. 312 p.

SILVA NETO, Benedito. A regionalização do estado Segundo os seus sistemas agrários. *in* SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (orgs). *Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí: Ed. Unijui, 2005. 312 p.